**Neoliberalismo e financeirização como novas formas de controle e exploração nas relações sociais capitalistas**

Iderley Colombini[[1]](#footnote-1)

**Resumo**

Desde a crise do sistema capitalista do pós guerra, no final dos anos de 1960 e começo de 1970, o neoliberalismo e seus sintomas foram amplamente descritos e analisados, tendo uma ampla e vasta biografia sobre esse período. Contudo, como apresentaremos nesse trabalho, grande parte desse referencial bibliográfico fica restrito as construções sociais objetificadas, em que fenômenos como globalização, financeirização, guerras, políticas de austeridade, desregulação, privatização, informatização, etc; se tornam processos autônomos, como se sua força motora se devesse a interesses particulares ou a processos externos às próprias relação sociais capitalistas como um todo, o que acaba por apagar o processo de luta de classes da formação desses fenômenos sociais. Dessa forma a intenção desse trabalho é apresentar o neoliberalismo em geral e suas formas de financeirização como formas do processo de contradição e antagonismo das relações capitalistas de dominação e exploração na virada do século XXI.

**Palavras Chave:** Neoliberalismo, Financeirização, Teoria Critica, Marxismo

**Abstract**

Since the crisis of the postwar capitalist system in the late 1960s and early 1970s, neoliberalism and its symptoms have been widely described and analyzed, having a wide and extensive biography of this period. However, as we will present in this paper, much of this bibliographic reference is restricted to objectified social constructs, in which phenomena such as globalization, financialization, wars, austerity policies, deregulation, privatization, informatization, etc .; become autonomous processes, as if their motor force were due to particular interests or processes external to the capitalist social relations as a whole, which ends up erasing the process of class struggle in the formation of these social phenomena. Thus the intention of this work is to present neoliberalism in general and its forms of financialization as forms of the process of contradiction and antagonism of capitalist relations of domination and exploitation at the turn of the 21st century.

**Word Reference:** Neoliberalism, Financialization, Critical Theory, Marxism.

**Área 2 -** Economia Política

**JEL:** B51, F59, F60, G00, P16

**Introdução**

Desde a crise do sistema capitalista do pós guerra, no final dos anos de 1960 e começo de 1970, o neoliberalismo e seus sintomas foram amplamente descritos e analisados, tendo uma ampla e vasta biografia sobre esse período. Contudo, como apresentaremos nesse trabalho, grande parte desse referencial bibliográfico fica restrito as construções sociais objetificadas, em que fenômenos como: globalização, financeirização, guerras, políticas de austeridade, desregulação, privatização, informatização, etc; se tornam processos autônomos, como se sua força motora se devesse a interesses particulares ou a processos externos às próprias relação sociais capitalistas como um todo, o que acaba por apagar o processo de luta de classes da formação desses fenômenos sociais. Dessa forma a intenção desse trabalho é apresentar o neoliberalismo em geral e suas formas de financeirização como formas do processo de contradição e antagonismo das relações de dominação e exploração capitalista na virada do século XXI.

Mais do que uma contradição entre produção industrial e finanças, entre globalização e Estados Nacionais, entre desenvolvimentismo e neoliberalismo, a importância desses debates não esta em suas comparações como processos autônomos, mas em compreender essas próprias contradições como novas formas do antagonismo entre capital e trabalho, em que se apresentam novos mecanismos de controle e dominação. O imperialismo norte americano, o crescimento expansivo e intensivo das finanças, as desarticulações dos Estados Nacionais, não devem ser compreendidos, portanto, como processos autônomos, mas como formas da própria dominação e controle das relações capitalistas sobre o trabalho e a vida.

A expressão ‘financeirização’, que utilizaremos nesse trabalho, não significará um deslocamento da geração de valor das indústrias para finanças[[2]](#footnote-2), em que teria a consolidação de uma nova fração de classe financeira no controle de um capitalismo globalizado sobre a égide do “super império” norte americano. Financeirização aqui se refere a uma nova forma de dominação e controle social, a qual passa também por novas formas de produção e de Estado. Após o período de transição durante a década de 1970 até meados dos anos de 1980, as relações capitalistas sobre a forma neoliberal passam a se consolidar e se expandir de forma continuada, o que mesmo com suas crises recorrentes, passam a ser compreendidas como um novo momento ou período das relações sociais capitalistas[[3]](#footnote-3). Ao invés de compreender o momento atual como uma crise continuada desde os anos de 1970 é importante ter em mante suas modificações e expansões, como a que ocorre a partir de 1982, com o estabelecimento de uma nova fase expansiva (McNally 2011). A financeirização como forma de controle e dominação social será construída dentro das luta das classes sociais, o que impõe um constante processo de reprodução e de novas formas, assim como sua intensificação e extensão. É com a intenção de compreender essas novas formas que se derivam desse momento neoliberal que analisaremos na próxima seção a passagem do período reconhecido como ‘fordismo-keynesianismo’ para o momento atual da sociedade capitalista. Na terceira seção apresentaremos mais detalhadamente a financeirização e a expansão creditícia como novas formas de dominação das relações capitalistas no momento neoliberal.Por fim na conclusão, apresentaremos os principais pontos desse trabalho e os limites do processo de dominação neoliberal, o qual culmina em sua crise atual.

**Neoliberalismo como forma de dominação da contradição capital-trabalho**

Durante o pós guerra se estabeleceu uma forma de reprodução das relações capitalistas extremamente particular, em que taxas de crescimento econômico, dos salários e dos lucros se encontravam muito altas. Contudo, como enfatiza McNally (2011), esse período não pode ser utilizado como o parâmetro médio da sociedade capitalista, como se tudo diferente significasse um momento de crise[[4]](#footnote-4). Os termos keynesiano e fordismo em certa medida escondem o que estava por traz desse período histórico. O pós guerra, como já está explicito, possui a grande peculiaridade de vir após um período de grande destruição, tanto de vidas quanto de meios de ‘produção e reprodução’. A contradição fundante entre capital-trabalho pôde se estabelecer de um modo único. Retirar essa particularidade de sua centralidade é um grande erro amplamente cometido, em que se passa a compreender o crescimento econômico com altos salários nos anos de 1950 e 1960 apenas derivado do conjunto das políticas governamentais, sem colocar em evidencia como o antagonismo entre capital e trabalho se encontravam em um momento particular.

A reprodução das relações capitalistas demanda a separação dos seres humanos dos seus meios de vida, mas ao mesmo tempo demandam que esses seres humanos, agora em condições de trabalhadores, consumam de maneira crescente as mercadorias por eles produzidas. Por isso aparece uma das formas da contradição antagônica na reprodução das relações capitalistas, em que o aumento do consumo dos trabalhadores e a exploração de seu trabalho são ao mesmo tempo opostas e complementares.

Após a destruição de praticamente toda a Europa, todo o Japão e grande parte da Rússia e da Ásia Central, o que inclui a morte de quase uma centena de milhões de pessoas (o que para relações capitalistas significa apenas trabalhadores e consumidores), a relação antagônica entre capital e trabalho pôde ser resolvida de uma forma bem particular. A questão que se coloca depois do pós guerra é como “resolver” essa contradição quando as regiões destruídas já estão completamente renovadas, assim como sua mão de obra, o que impõe uma forma de controle e dominação distinta do que a centrada na expansão via salários do ‘fordismo-keynesianismo’.

O que se denomina usualmente como neoliberalismo a partir dos anos de 1970 é exatamente essa forma de resolução da contradição fundante do capitalismo, mas não mais partindo de uma ‘terra devastada’. Grande parte das análises sobre esse período, mesmo as mais críticas, ao invés de buscar revelar os processos em que se constituíam as novas formas de lutas da contradição capital trabalho, ficam restritas a descrição do movimento dessas formas. Durante a década de 1970, logo após o descolamento do dólar em relação ao ouro, imposto pelo governo de Richard Nixon, e depois no final da década com as políticas monetaristas de aumento da taxa de juros dos EUA, a maior parte dos analistas (principalmente “economistas heterodoxos” e “marxistas estrutralistas[[5]](#footnote-5)" e “ortodoxos”) enfatizavam a supremacia dos interesses financeiros, tendo as políticas do governo dos EUA o interesse de privilegiar essa fração de classe[[6]](#footnote-6). O aumento da taxa de juros, o controle da inflação, o desmonte dos sistemas de proteção social, o enfraquecimento dos sindicatos, passam a ser entendidos a partir de uma oposição dos interesses das finanças em relação aos interesses industriais.

Outra abordagem, que também terá muita influência, será a da ‘escola da regulação’[[7]](#footnote-7), propondo uma grande mescla de correntes teóricas ([keynesianismo](https://pt.wikipedia.org/wiki/Keynesianismo" \o "Keynesianismo), [marxismo](https://pt.wikipedia.org/wiki/Economia_marxiana), [institucionalismo americano](https://pt.wikipedia.org/wiki/Economia_institucional), [historicismo](https://pt.wikipedia.org/wiki/Historicismo_(economia)) alemão e a [Escola dos Annales](https://pt.wikipedia.org/wiki/Escola_dos_Annales)) para compreender como a partir das mudanças do modo de produção se criaria todo um sistema social de regulação[[8]](#footnote-8), tendo como ponto central a manutenção das taxas de lucro e de realização do valor. Apesar de suas importantes contribuições para o debate da época, a sua compreensão da sociedade capitalista cai em um grande determinismo economicista, dado uma suposta total adequação funcional dos sistemas políticos e sociais às modificações na estrutura produtiva econômica.

Ao invés de centrar as modificações sociais nas lutas das relações capitalistas sobre o trabalho, as quais em sua contradição fundam novas formas sociais, os teóricos da regulação acabam por apagar a luta de classe desse processo[[9]](#footnote-9), ressaltando os aspectos econômicos para a realização das taxas de lucro. O desaparecimento da luta de classes se deve a consideração objetificada das categorias capitalistas, as quais são compreendidas a partir de suas formas autonomizadas, como fica claro para a escola da regulação na total separação entre o econômico produtivo em contraste com o político-social[[10]](#footnote-10).

A relação entre aspectos econômicos, políticos e sociais não ocorrem de modo externo, como se uma esfera autônoma interagissem com a outra, em movimentos denominados coo-evolucionários e coo-determinados. A relação é interna, econômico e político pertencem a mesma unidade de relação social, a qual adquire formas distintas, mas não autônomas, dado serem o mesmo processo. O pós-guerra, costumeiramente denominado de fordismo-keynesianismo, não deve ser reduzido à uma primazia da ideologia desenvolvimentista keynesiana dando suporte para uma produção de massa com maior benefícios sociais. Reducionismo esse que exatamente apaga a luta de classe, para colocar a primazia na capacidade das políticas governamentais em propiciar um determinado modo de produção, sem que esse estivesse ligado internamente às próprias contradições das relações capitalistas com o trabalho.

Dentro do quadro histórico do pós-guerra, esse momento fordista-keynesiano irá reformular a luta de classes em torno dos salários através dos sindicatos e do Estado, mas de uma maneira a intensificar a expansão das relações capitalistas, estando imbricada internamente a política com a economia[[11]](#footnote-11). O poder de trabalho passa a ser reconhecido como forma da demanda efetiva, o que coloca a administração dessa demanda como a meta principal das políticas governamentais. “Lo que necesita enfatizarse, sin embargo, no es solamente la naturaleza opresiva de la producción fordista, sino que el contrato fordista fue un reconocimiento de la dependencia del capital respecto del trabajo y un intento de reformular el poder del trabajo (en última instancia el poder de no trabajar) como demanda monetaria de mercancías” (Holloway 1996, p. 45). O reconhecimento dos sindicatos se torna o núcleo central do Estado de Bem estar keynesiano, em que a forma de relação entre Estado e mercado passa a se dar através de um controle salarial, contudo, não mais como uma ameaça aos lucros, mas como uma demanda potencial por mercadorias, o que leva a uma expansão das relações capitalistas ao mesmo tempo em que se expande o consumo e o salário[[12]](#footnote-12).

A forma como se estabeleceu o poder de dominação capitalista no pós guerra através da centralidade dos salários provocou uma expansão do crédito como modo de manutenção da estabilidade social, o que era agravado pela expansão das relações capitalistas na Europa e no Japão sobre o controle dessa dominação tutelada pelos Estados Unidos. O amansamento do trabalho através de acordos salariais expansivos colocou em questão uma instabilidade monetária latente, em que a administração da demanda através do financiamento deficitário passava a significar a criação de direitos monetários sobre um mais valor ainda inexistente. No final dos anos de 1960, as contradições de controle sobre o trabalho através da centralidade salarial se tornaram cada vez mais claras, dado a impossibilidade de expansão salarial vis a vis a intensificação da exploração, o que impunha um custo (tanto do trabalhador quanto de maquinas e novas tecnologias) cada vez crescente para a exploração do trabalho[[13]](#footnote-13). A chamada crise do fordimo-keynesianismo na virada dos anos de 1960 para 1970 se apresenta através dos enormes conflitos sociais e do enorme expansão creditícia como modo de reagir aos crescentes déficits orçamentários.

Os custos para controlar o trabalho aumentavam, ao mesmo tempo que sua efetividade diminuía com a formação de um grande exercito industrial de reserva, tanto por se tornar insuficiente em detrimento da sua opressão, quanto por não ser capaz de incluir em suas ‘benemeses’ grande parte da população. “En la misma forma en que el salario se volvía cada vez menos efectivo como medio para canalizar la rebeldía en contra del trabajo, el Estado se volvía cada vez menos efectivo como medio de canalizar el descontento social. (…) La rebeldía en contra del trabajo fue complementada por una rebeldía contra el Estado” (Holloway 1996, p. 63). As intensas manifestações no final dos anos de 1960 em todo o mundo são a mais clara demonstração desse processo[[14]](#footnote-14).

A incapacidade do fordismo-keynesianismo em controlar ou impor o capital sobre o trabalho através dos mecanismos de aumento salarial e pleno emprego se tornaram cada vez mais evidentes na virada dos anos de 1960 para 1970, tendo como grandes sintomas os déficits dos EUA e a explosão de crédito através dos títulos de sua dívida. A incapacidade de controlar a luta de classe pela centralidade do salário, colocou o crédito como um modo de postergar essa crise inerente. A administração da demanda, que anteriormente era realizada por salários, pelo emprego e benefícios sociais, passou a ocorrer via crédito (financiamento deficitário), o que significa a criação de direitos monetários sobre o mais valor ainda não existente. A relação entre o dinheiro e o valor existente passou a se constituir através de um divórcio crescente, como um desacoplamento entre a acumulação monetária e a acumulação real (Bonefeld 1995).

A desvinculação do dólar em relação ao ouro significou a forma maior de intensificação desse desacoplamento[[15]](#footnote-15), em que a crise da imposição do capital sobre o trabalho pudesse ser postergada, através de uma explosão do crédito que possibilitou o crescimento econômico durante os anos de 1970[[16]](#footnote-16). A incapacidade do dólar de cumprir com suas obrigações em ouro não deve ser visto simplesmente como uma decisão política do governo dos EUA, mas como a própria incapacidade das relações capitalistas de se impor na luta de classes[[17]](#footnote-17). O crédito durante os anos de 1970 se tornou uma forma de conexão entre a insuficiência das relações capitalistas de controlar o trabalho como uma promessa de aumento na exploração no futuro. “The increasing use of such credit indicated the difficulty of turning credit into effective command over labour, a command which guarantees credit growth through the surplus value extorted from the worker.” (Bonefed 1996, p. 44). A expansão monetária provocada pelo dólar e impulsionada pela formação dos mercados de petródolares e eurodólares se tornou uma maneira de evitar uma confrontação direta com o trabalho no presente, para procurar uma solução no futuro (Bonefeld 1995). A enorme expansão da oferta de crédito através do dólar desregulado e sem mais nenhum lastro físico impôs uma enorme reivindicação para uma exploração futura do trabalho[[18]](#footnote-18).

A crise do periodo fordista-keynesiano não ocorreu em si com a explosão do crédito e a passagem do dólar-dólar como padrão monetário internacional, mas com a transformação e agudização desse processo como uma nova forma de controle do capital sobre a exploração do trabalho, o que irá ocorre no começo dos anos de 1980[[19]](#footnote-19).

Para a forma do Estado de “bem estar keynesiano” ou “desenvolvimentista”, a crise e a expansão do crédito se manifestou através da forma dos efeitos adversos das flutuações das taxas de câmbio. O abandono do sistema de Bretton Woods significou um abandono das relações cambiais fixas para um novo período de desregulação, o que implicará em uma enorme volatilidade das taxas cambiais a partir de então. Durante a década de 1970 as taxas de câmbio se tornaram em torno de três vezes mais voláteis do que foram no período de Bretton Woods, o que tornou o ‘comércio cambial’ o mercado com maior transação monetária e de títulos (McNally 2011)[[20]](#footnote-20). O mercado cambial durante os anos de 1970 se tornará uma das grandes fontes de lucratividade para os imensos fundos de dólar formados no pós guerra, o que perpassará tanto o enorme fluxo de capitais para os países do ‘terceiro mundo’ como a maior necessidade de divisas para controlar essa variações cambiais[[21]](#footnote-21). A grande transação do dólar que se impulsionou durante os anos de 1970, tornou os bancos internacionais ávidos pelos mercados do ‘terceiro mundo’, carentes de divisas para a compra do petróleo muito mais caro, ao mesmo tempo em que possibilitava a expansão e intensificação das relações sociais capitalistas.

Durante o final dos anos de 1970 e começo dos 1980 se expandiu o crédito de reciclagem, ou seja, aquele destinado não para a acumulação expansiva, mas como meio de liquidez para evitar a falência de produtores e Estados endividados. Do aumento do endividamento que decorre dessa política expansionista advém um caráter inflacionário que se relaciona com mudanças na relação do poder monetário, nas taxas de lucro e nos balanços de pagamentos[[22]](#footnote-22). O choque da taxa de juros provocado pelo presidente do FED dos EUA (Paul Volker) em 1979 durante o governo Reagan irá simbolizar a materialização da nova forma de controle monetário, tendo na crise da dívida, principalmente dos países da América Latina seu grande exemplo. A situação financeira delicada dos estados durante os anos de 1980 mostrou a dificuldade das políticas expansionistas em responder a ‘questão do trabalho’, o que impossibilitou os governos resistirem às pressões para desregularem as garantias existentes sobre a renda, o emprego e estado de bem-estar.

A expansão do dólar através de sua desregulação e da criação de novos mecanismos financeiros, como os derivativos e securitizações, irá integrar os mercados nacionais em uma forma mais profunda dentro do mercado mundial. As relações de crédito desreguladas no mercado mundial transformam o Estado de um distribuidor de renda em última instância, como no keynesianismo, para um emprestador em última instância no monetarismo (neoliberalismo financeirizado). A balança de pagamentos e os déficits se tornaram pontos cruciais para os Estados Nacionais como formas de paridade cambial dentro do *mercado mundial*. As variações dos preços das *commodities* e o crédito internacional desregulado passaram a redefinir o ‘poder do dinheiro’, dado o novo movimento dos fluxos internacionais de capitais integrar os estados nacionais através de uma sincronização das taxas de lucros, das balanças de pagamentos e dos ciclos produtivos (Bonefeld 1996).

O capital especulativo passa a funcionar como um “policial internacional” para a questão do trabalho e das políticas expansivas. Essa pressão restringe a autoridade nacional sobre a moeda e sobre a expansão creditícia, subordinando as políticas nacionais ao ‘terrorismo internacional da moeda’ (Bonefeld, 1996). Sem divisas internacionais um país não tem como acessar os bens produzidos no mercado mundial, como a divisa é o dólar os países são sujeitos a terem enormes reservas dessa moeda. Se um país toma uma atitude que desagrade a esse arranjo financeiro, os grandes fundos retiram os seus capitais, o que provoca uma forte saída de dólar e uma dolorosa crise interna.

As crises ao invés de serem entendidas por alguma irracionalidade especulativa, ou dentro de algum processo invisível de ajuste do mercado, devem ser compreendidas dentro da nova forma de poder da financeirização, em que os Estados Nacionais, passam a ser coagidos para promoverem as políticas de austeridade para o aumento das taxas de exploração. Os EUA e o dólar se tornaram elementos ainda mais centrais para a forma de dominação do capital sobre o trabalho caracterizada no neoliberalismo financeirizado. O dinheiro, através do dólar norte americano, passa a funcionar como um poder disciplinatório e normatizador, em que através do ‘comando mundial’ pode reorganizar as relações capitalistas para a realização da sua reprodução[[23]](#footnote-23). Muitas crises financeiras e cambiais são formas dessa forma de dominação, em que os Estados Nação se vem coagidos a aumentarem as formas de exploração em seu território para se estabelecerem dentro do mercado mundial. Fluxos de expansão credíticia, endividamento e fuga de capitais se tornam recorrentes no processo de aumento da exploração do trabalho, o que se traduz por políticas de austeridade e flexibilização do trabalho entremeadas de expansão creditícia e endividamento.

A *financeirização* e o *neoliberalismo* não devem ser compreendidos como uma crise de 40 anos do capitalismo, como se não houvesse acumulação capitalista e crescimento econômico[[24]](#footnote-24). O consumo obteve um aumento incrível durante os anos de 1990 e 2000, tanto pela incorporação de novas tecnologias quanto pela expansão creditícia. As finanças não se colocam em oposição à produção material, ao contrário, se tornou uma forma de mecanismo de dominação, o que revela a contradição interna do capital sobre o trabalho. Através das formas financeirizadas também se expande o consumo via crédito, consequentemente a produção industrial, assim como os mecanismos de aumento da exploração do trabalho através da forma neoliberal dos Estados.

Na sua grande maioria as críticas ao neoliberalismo se resumem as críticas as privatizações, políticas de austeridade e de flexibilização do trabalho, sem compreender como esse período representa novas formas de relações sociais capitalistas, com novas formas de controle, tanto diretamente e fisicamente, como subjetivamente nas novas formas do ser social. A intensificação do trabalho se dá não apenas por cortes salariais e de benefícios, mas também pela própria forma como as pessoas se redefinem em sociedade. Na passagem do fordismo-keynesianismo para o neoliberalismo financeirizado houve uma enorme intensificação da exploração do trabalho tanto externa como interna ao individuo, ao que se coloca internamente uma espécie de recompensa crescente do consumo de novos produtos tecnológicos, os quais são garantidos não mais necessariamente por aumentos salariais, mas pelo crédito.

O poder das finanças desreguladas em alterar as formas dos Estados Nacionais durante as décadas de 1980 e 1990 será em realidade, uma das formas desse novo modo de controle do capital sobre o trabalho, o que mostra como em realidade o Estado é uma forma do poder das relações capitalistas[[25]](#footnote-25). A força das finanças desreguladas como um ‘policial’ dentro do mercado mundial, em realidade significa o crédito e as finanças como a nova forma de controle sobre o trabalho, o que será construído através da alteração dos próprios Estados Nacionais[[26]](#footnote-26), como introdutores eles mesmos das suas desregulações, privatização, destruições dos programas de bem estar social. O neoliberalismo não é uma teoria *falha* da sociedade capitalista como querem ver muitos críticos das políticas monetaristas[[27]](#footnote-27), mais do que isso, é uma teoria para a exploração do trabalho no sistema capitalista.

Através da financeirização com o crédito internacional desregulado se modificou as formas dos Estados capitalistas, não mais com o papel de garantidor dos salários, pleno emprego e bem estar social, mas como garantidor da expansão do crédito (e consequentemente da dívida) interno, assim como das transformações do trabalho para aumento da exploração[[28]](#footnote-28). Das finanças como forma de dominação do Estados dentro do *mercado mundial,* ocorre também a dominação sobre os seres humanos, implantando novas formas de exploração das relações capitalistas sobre o trabalho.

Na próxima seção iremos tratar de maneira mais detalhada as particularidades da financeirização como forma de dominação das relações capitalistas sobre o trabalho, enfatizando as formas particulares (em relação as formas fordistas-keynesianas) de resolução desse conflito.

**Finanças, crédito e subjetivação: novas formas de dominação das relações capitalistas no neoliberalismo.**

As críticas atualmente dirigidas as abordagens *pós-estruturalistas* (pejorativamente denominadas de *pós-modernas*) devem se dar com um significado análogo à ‘critica da economia política’ cunhado por Marx no século XIX. Marx já em sua fase mais madura passa a se dedicar exaustivamente aos teóricos da econômica política. Contudo sua intenção estava longe de ser um aprimoramento dessas teorias, ou uma maior sofisticação dos seus argumentos. O objetivo de Marx com a crítica da Economia Política era, exatamente como diz o seu título, realizar uma crítica. Entretanto não uma crítica nos mesmos termos dessas teorias. No Capital, Marx não pretende desenvolver as categorias e argumentos de David Ricardo (e os demais economistas políticos), ao contrário, busca apresentar como essas categorias são formas objetificadas (fetichizadas e fetichizantes) da sociedade capitalista[[29]](#footnote-29).

A partir dos anos de 1970 e 1980 as teorias ‘pós estruturalistas’ passam a deter um papel de destaque dentro do pensamento social. Contudo, além da importância de compreender essas teorias em si, há uma grande necessidade em entender o seu surgimento, sua proliferação e suas descrições das novas formas de dominação social ao mesmo tempo em que apagam a luta do ser humano contra sua separação na sociedade capitalista, dado se fixarem em uma descrição autonomizante das formas de poder. Assim como o conflito distributivo é um fenômeno objetivo porém objetificado nas categóricas econômicas, como nos mostrou Marx, um fenômeno análogo ocorre com a categoria biopolítica de Foucault, Deleuze e Gattari. Durante e após os anos de 1970 o processo de normatização contido na categoria de biopolítica de Foucault se tornará, em suas novas formas, muito mais explícito. O estudo da categoria de biopolítica não deve ser no sentido nem de sua negação como realidade objetificada, nem da sua derivação como processo autônomo. Em termos de crítica, como realizado em Marx, deve ser compreendida uma crítica da biopolitica, em que, como categoria objetificada, esconde e apaga o antagonismo fundante entre capital e trabalho nas relações sociais capitalistas[[30]](#footnote-30), mas ao mesmo tempo também nos revela as novas formas de dominação do capital sobre a vida humana.

Desde seu livro ‘Vigiar e Punir’ de 1975 o pensamento de Michael Foucault passa por uma guinada, em que se sobressai a sua intenção de compreender as novas formas de dominação, ‘tecnologias de poder’, que surgem na virada do século XVIII, como novas formas de uma “soberania política sobre a sociedade como um todo” (Collier 2011). A partir de 1976, Foucault passa a desenvolver o conceito de biopolitica[[31]](#footnote-31), onde o Estado e a dominação social em totalidade passam a ter uma maior centralidade. Nas primeiras elaborações, Foucault desenvolve a ideia de como a partir do século XVIII se desenvolveu uma nova forma de poder e controle social, agora não mais sobre o ‘corpo’, mas sobre a ‘alma’ do indivíduo, em como o próprio indivíduo se constitui como ser humano[[32]](#footnote-32). A passagem dos anos de 1970 e 1980, em que grande parte dessa abordagem foi constituída, significou um grande avanço dessas novas formas de poder, em que esse controle não mais sobre o corpo, mas sobre a constituição da própria vida, se tornou um elemento central.

A ‘biopolitica’ em Foucault como forma de ‘governamentalidade’ coloca a formação emergente de um controle que se dá através da multiplicidade dos homens, não mais como corpos individuais, mas ao contrário, como sendo formados por uma massa global, em que a dominação passa a ser exercida pela própria forma como essa massa se constitui como ser humano. Contudo, apesar da importância dessa descrição da emergência de novas formas de dominação, a abordagem foucaultiana se restringe a descrever as diferenças do processo de dominação social[[33]](#footnote-33), sem intentar compreender como se fundam em uma relação interna contraditória entre as formas antagônicas da sociedade capitalista. Para realizar essa construção categórica que prima pela diferenciação das formas normatizantes de poder social, acaba por apagar a contradição de luta existente dentro dessas categorias. Os desenvolvimentos das formas de dominação social devem ser vistos dentro da sociedade capitalista, em que partem das formas de contradição da relação entre a acumulação e reprodução das relações capitalistas em forma de biopolitica[[34]](#footnote-34) (Osório 2006).

A formação dessa normatização social pela biopolítica em suas distinções do pós-guerra para o denominado período neoliberal não devem ser reduzidas às diferenciações dadas por uma espécie de fricção entre microprocessos, mas dentro da própria contradição da luta entre as relações capitalistas sobre o trabalho, como mostramos na seção anterior com a crise do período denominado fordismo-keynesianismo. A incapacidade das relações capitalistas de se imporem sobre o trabalho através de um controle via salários e benesses sociais para uma elite operária se desmoronou no começo dos anos de 1970. A normatização do ser social capitalista como operário padrão sindicalizado da grande indústria se dissolve com as revoltas culturais do final dos anos de 1960 e 1970. A incorporação de uma massa populacional crescente para consumo capitalista, assim como seu controle em aumento de níveis de exploração, impôs às relações capitalistas novas formas de normatização do indivíduo, para o qual a financeirização terá um papel crucial, com a inserção do indivíduo como uma empresa competidora[[35]](#footnote-35).

No sistema categorizado como fordismo/taylorista o trabalho era ‘dominado’ pelas relações capitalistas através da centralidade do vínculo salarial, em que esse se tornava o ponto nodal como forma de resolução da própria contradição interna desse processo. A todo instante o antagonismo entre capital e trabalho se dava principalmente através de uma ‘subsunção formal’[[36]](#footnote-36), ou seja, em que o aspecto concreto do trabalho que nega sua subordinação ao capital é ‘vencida’ em termos formais salarias. Com a crise dos anos de 1970 essa centralidade do salário, ou seja, da ‘subsunção formal’, passa a dar lugar para uma nova forma de dominação, de subordinação (subsunção) do trabalho em relação às relações capitalistas[[37]](#footnote-37). Dentro da fábrica isso pode ser visto pela desarticulação da produção fordista em série e com uma estrutura fixa, para uma produção mais automatizada, com intensa utilização da robótica e de novas tecnologias computacionais e informacionais, em que a organicidade do trabalho passa a ser um elemento chave. A própria concepção da ideia do trabalho não é vista mais como um elemento externo dentro da fábrica, sendo o próprio trabalhador uma parte orgânica constituinte da produção.

A expansão creditícia que se tornou necessidade nos anos de 1970, nos anos de 1980 adquire a forma de financeirização como forma de dominação das relações capitalistas sobre o trabalho, em que grande parte do controle social passa por suas formas financeirizadas[[38]](#footnote-38). Na seção anterior, tentamos explorar como essa dominação ocorre sobre a forma Estado, com modificações para uma nova lógica dentro das relações capitalistas, agora não mais como garantidor dos salários e do bem estar social, mas da manutenção da expansão creditícia e de um regime de ‘austeridade’, que pode ser visto tanto com a intenção de manutenção dos investimentos como aumento da exploração[[39]](#footnote-39).

O Estado capitalista em sua forma neoliberal adquire ainda mais força para destruir antigas ordens construídas no pós-guerra e erguer novas sociabilidades que se constroem com uma aparência despolitizada, a qual se daria através da imparcialidade do mercado. O Estado neoliberal não arca mais com a geração e formação dos indivíduos, agora passa a garantir os mecanismos para o mercado realizar esse papel, como a privatização de todo seu aparato social, ao mesmo tempo em que garante o acesso capitalista desses meios via crédito. Nessa sociedade neoliberal o indivíduo passa a ser seu próprio realizador, o próprio responsável pela geração das suas especificidades. A vida ainda mais disciplinar do pós-guerra, com a importância da família e o respeito a certos códigos e instituições, passa a dar lugar à uma competição desenfreada, em que cada indivíduo passa a ser o gerente de seu próprio ativo[[40]](#footnote-40).

Os altos custos do pós-guerra em controle dos seres humanos para garantir as formas capitalistas de relação social se diluem com a normatização do indivíduo como empresa de si mesmo. A compensação da firma não é mais de um espaço de possibilidade de florescimento humano, com estabilidade institucional e garantias de crescimentos salariais constantes, mas de um instrumento de competição, o que demanda uma constante ‘auto-melhora’ ou ‘auto-capacitação’. A partir do momento que o próprio indivíduo se torna uma empresa se impõe uma nova ‘auto norma’, em que impera o auto-florescimento baseado no seu auto-conhecimento e auto-valorização, i.e., a firma pessoal como um etos da auto-valorização[[41]](#footnote-41).

Como uma empresa o indivíduo ‘não possui mais saciedade’, dentro do *espetáculo* diário das novas tecnologias sociais[[42]](#footnote-42), a nova subjetivação é posta para produzir e consumir sempre mais. As barreiras ao consumo existentes na sociedade ditadas pelo fordismo-keynesianismos foram retiradas[[43]](#footnote-43). O salário keynesiano como forma do consumo recompensar o trabalho fordista é retirado da sociedade neoliberal. Com o indivíduo como uma empresa, o consumo passa a ser seu fim último, em que o espetáculo das tecnologias sociais transforma em uma espécie de ‘mais consumo’[[44]](#footnote-44). A vida passou a ser em toda sua extensão campo de performance e de prazer, tendo em cada área a exigência de performance máxima, de ganho sempre em qualquer questão. Os limites da ‘elite operaria fordista’, ao menos em sua aparência espetacular, são retirados da reprodução capitalista, abrindo através da expansão creditícia a possibilidade de participar dessa festa, mesmo sendo um negro do Missouri nos EUA, um indígena chiapaneco no México ou um nordestino no   
Brasil.

O indivíduo, mesmo em sua forma aparente, não possui o ideal de um cálculo de utilidade em que encontraria um equilíbrio entre prazer e dever, agora a busca pelo mais é constantemente crescente. O reconhecimento da psique se torna central, tornando passível o processo de auto-melhora e de busca por uma transformação e aperfeiçoamento constante, o que pode ser sistematizado pela ideia de autoajuda e da psicanálise como reintrodução funcional na sociabilidade capitalista. A própria personalidade e o ‘fator humano’ se transformam em um ativo econômico, passivo de ser transformado e ‘trabalhado’ para um ‘melhor’ rendimento[[45]](#footnote-45).

A imagem espetacular que se forma é de uma sociedade em que não há perdas, em que a pobreza não é castradora da liberdade, ao contrário, a dificuldade financeira se torna um estímulo competitivo para um maior desenvolvimento do indivíduo. O ‘indivíduo neoliberal’ não pode perder, pois sendo uma empresa acumula capital para os detentores de ativos usufruírem na forma de mais consumo.

O indivíduo neoliberal como uma empresa, não mais como um operário fordista sindicalizado e com benefícios sociais dos estados ditos de ‘bem estar’, passa a ter suas decisões como algo estritamente privado, constituído em meio a uma aparente total individualização das decisões e dos ganhos. Essas decisões estritamente privadas (‘aparentemente’) coloca o indivíduo, como qualquer empresa no capitalismo, em meio a um constante risco. O futuro dentro das relações sociais capitalistas é construído sobre a incerteza, o que leva aos investimentos empresariais serem sempre construídos através de cálculos de risco conforme o retorno esperado dos investimentos. O risco da sociedade capitalista, antes privado às empresas, passa agora a fazer parte da normatização do próprio indivíduo.

A expansão creditícia, em sua forma financeirizada, levou a criação de uma série de novos ‘produtos financeiros’, os quais possibilitaram um novo adensamento das relações sociais capitalistas. A formação dos enormes mercados de derivativos[[46]](#footnote-46) e de securitização[[47]](#footnote-47) possibilitaram novos processos de dominação via normatização, o que se configuram internamente como uma nova forma de construção do ser social. No neoliberalismo o gerenciamento do risco sai do estado social para o indivíduo, através da formação de novos produtos e empresas que disponibilizam mecanismos para o gerenciamento individual[[48]](#footnote-48).

A financeirização terá um papel central no processo da nova normatização do sujeito capitalista como uma empresa envolta em riscos, o qual coloca de forma clara a relação das finanças com a exploração[[49]](#footnote-49). Como já nos ensinava Hilferding (1985), a finanças é uma característica inerente às relações capitalistas, não sendo nem uma distorção das reais formas de produção de valor nem um movimento autônomo externo às formas de produção de mais valor, ao contrário, as finanças se configuram como o próprio processo de mercantilização do futuro do qual decorre a imposição das relações capitalistas sobre a vida. A importância não está em ter o preço correto do futuro, mas de poder realizar um cálculo abstraindo esse risco futuro, criando dessa forma a possibilidade de objetificar o risco futuro em diversas opções de compras distintas (Sotiropoulos & All 2013).

As finanças não devem ser compreendidas como uma forma parasitaria (Veblen) ou simplesmente rentista (Keynes) das relações capitalistas de produção[[50]](#footnote-50). As finanças possuem um papel crucial em construir uma objetificação do futuro, ou seja, através da fetichização das relações sociais futuras, já cria base para a reprodução das formas de exploração futuras[[51]](#footnote-51). Os preços financeiros reproduzem, ‘eficientemente’ ou não, as próprias relações sociais capitalistas, tendo portanto, uma função muito ativa dentro da organização da exploração capitalista.

A partir dos anos de 1980, com o intenso processo que aqui chamamos de financeirização, as finanças passarão a ter nova forma para a dominação da relação capitalista sobre o trabalho. Através dos mecanismos de derivativos e securitizações, as finanças saem apenas da relação entre Estados e entre empresas, para entrar nas casas das famílias, para não mais normatizar apenas as escolhas das empresas e dos Estados, mas também para reproduzir de forma objetificada o futuro dos ‘indivíduos empresa’ do neoliberalismo, em que o controle não ocorre essencialmente de forma externa, mas interiorizada pelo próprio indivíduo (‘governamentalidade’).

A reificação das relações sociais através da sua transformação em produtos financeiros as coloca como experiências já quantificáveis nos contextos de falsa representação da norma como comportamento humano. A financeirização da vida transformou todos os atos individuais futuros em ações intermediadas pela esfera financeira. Da educação dos filhos até a graduação e pós graduação, do casamento a casa própria, do plano de saúde até a viagem de final de ano em família, o determinante principal se tornou o risco financeiro envolvido com o parcelamento desses *planos de vida*. Todo cálculo financeiro e de estimação, por sua vez, deforma e objetifica a realidade das relações sociais futuras, impondo para os indivíduos uma forma de agir e pensar o futuro já naturalizando as relações de exploração e de consumo expandidas.

A financeirização, portanto, impõe para os indivíduos uma determinada forma de consciência e de comportamento, o que a configura como uma nova forma de dominação e exploração, agora autogerida pelo indivíduo e de maneira a se intensificar nas projeções futuras. O salário como incentivo a mais consumo e maior intensificação do trabalho perde sua unicidade no processo de imposição da relação capitalista sobre a vida[[52]](#footnote-52). Através da financeirização como tecnologia de poder, a imposição do capital sobre o trabalho ganha uma nova escala, em que o indivíduo não se entende mais como operário, agora como uma *empresa* sua própria forma de luta de classe é diminuída pela incorporação de seus novos ativos financeiros como forma de vida.

Entretanto, as transformações das formas de dominação, apesar de obterem uma intensificação e extensão com uma tendência a subsunção real, estão longe de obter a totalidade da vida e uma isenção de contradições e conflitos[[53]](#footnote-53). O próprio processo de transformação social para imposição dessas novas formas de sociabilidade capitalista se constroem sobre uma série de contradições e limites, os quais se originam da própria luta contra a imposição do capital, como forma do ‘fazer humano’ contra a imposição do trabalho abstrato (Holloway 2002).

O indivíduo capitalista, como descrito nessa seção, não passa de uma aparência objetificada da relação capitalista, a qual tem por característica esconder a constelação social que se ergue por detrás desse ‘indivíduo’ (Tischler 2001). Por mais que haja a intensificação do trabalho abstrato sobre a vida, o indivíduo capitalista é sempre dependente de seu ‘fazer humano’, o qual se coloca de forma antagônica com o capital, pois ao mesmo tempo em que se subordina também se rebela e se opõe. A própria existência de trabalho abstrato depende da reprodução do trabalho concreto, o que coloca intrinsicamente uma contradição para sua reprodução, que em muitos casos, principalmente em que a esfera financeira possui um papel importante, adquire a forma de crise financeira[[54]](#footnote-54). Por isso é importante salientar que a crise financeira é apenas uma das formas dessa contradição inerente ao processo de reprodução das relações sociais.

O individuo capitalista como forma de dominação do trabalho abstrato sobre o fazer humano, mesmo em sua forma neoliberal, nunca será pleno. A incapacidade de uma forma de exploração de subsunção totalmente real, dada a própria necessidade das relações capitalistas do ‘fazer humano’, leva a uma crescente contradição e barreiras a intensificação do processo de dominação capitalista. Mesmo as formas mais desenvolvidas de subjetivação neoliberal possuem seus limites e barreiras, o que lhes impõe severas crises para sua reprodução. No atual momento pós grande crise financeira de 2008, as relações capitalistas em sua forma neoliberal passam por um processo de crise em sua totalidade, dado os seus limites internos de reprodução e expansão das suas formas de dominação e exploração.

**Conclusão**

O período do capitalismo denominado como neoliberalismo é comumente visto como uma série de políticas ou práticas econômicas com um sentido oposto as políticas desenvolvimentistas (com crescimento econômico pautado pelo Estado) e de bem estar social, dadoas políticas econômicas a partir dos anos de 1980 teremuma maior tendência a abertura comercial, desregulação dos mercados financeiros, desestatização da economia (com privatização) e maior flexibilidade laboral. A questão financeira seria um ponto chave, tendo na ideia de financeirização o domínio de uma lógica de rentabilidade financeira se impondo sobre os investimentos industriais e produtivos. Apesar da importância dos aspectos discricionários dessas abordagens (principalmente ‘pós-keynesians’, ‘desenvolvimentistas’ e ‘marxistas estruturalistas’), a compreensão dos fenômenos sociais do neoliberalismo e da financeirização através desse movimento autônomo de categorias econômicas e políticas acaba por apagar as particularidades específicas das relações sociais capitalistas que produziriam essas próprias novas formas categoriais com essa aparência naturalizada, o que implica emuma desconsideração das formas de dominação e exploração como processos internos de reprodução das relações capitalistas.

A incapacidade do fordismo-keynesianismo em controlar ou impor o capital sobre o trabalho através dos mecanismos de aumento salarial e pleno emprego se tornaram cada vez mais evidentes na virada dos anos de 1960 para 1970, tendo como grandes sintomas os déficits dos EUA e a explosão de crédito através dos títulos de sua dívida. A *financeirização* e o *neoliberalismo* não devem ser compreendidos como uma crise de 40 anos do capitalismo, como se não houvesse acumulação capitalista e crescimento econômico. O consumo obteve um aumento incrível durante os anos de 1990 e 2000, tanto pela incorporação de novas tecnologias quanto pela expansão creditícia. As finanças não se colocam em oposição à produção material, ao contrário, se tornou uma forma de um novo mecanismo de dominação, o que revela a contradição interna do capital sobre o trabalho. Através das formas financeirizadas também se expande o consumo via crédito, consequentemente a produção industrial, assim como os mecanismos de aumento da exploração do trabalho através da forma neoliberal dos Estados.

O poder das finanças desreguladas em alterar as formas dos Estados Nacionais durante as décadas de 1980 e 1990 será em realidade uma das formas desse novo modo de controle do capital sobre o trabalho, o que mostra como em realidade o Estado é uma forma do poder das relações capitalistas. A expansão creditícia que se tornou necessidade nos anos de 1970, nos anos de 1980 adquire a forma de financeirização como forma de dominação das relações capitalistas sobre o trabalho, em que grande parte do controle social passa por suas formas financeirizadas. O ‘indivíduo neoliberal’ como uma ‘empresa’, não mais como um operário fordista sindicalizado e com benefícios sociais dos estados ditos de ‘bem estar’, passa a ter suas decisões como algo estritamente privado, constituído em meio a uma aparente total individualização das decisões e dos ganhos. Essas decisões estritamente privadas (‘aparentemente’) coloca o indivíduo, como qualquer empresa no capitalismo, em meio a um constante risco de *gerenciamento* do seu futuro.

A partir dos anos de 1980, com o intenso processo que aqui chamamos de financeirização, as finanças passarão a ter nova forma para a dominação da relação capitalista sobre o trabalho. Através dos mecanismos de derivativos e securitizações, as finanças saem apenas da relação entre Estados e entre empresas, para entrar nas casas das famílias, para não mais normatizar apenas as escolhas das empresas e dos Estados, mas também para reproduzir de forma objetificada o futuro dos ‘indivíduos empresa’ do neoliberalismo, em que o controle não ocorre essencialmente de forma externa, mas interiorizada pelo próprio indivíduo (‘governamentalidade’). A financeirização, portanto, impõe para os indivíduos uma determinada forma de consciência e de comportamento, o que a configura como uma nova forma de dominação e exploração, agora autogerida pelo indivíduo e de maneira a se intensificar nas suas projeções futuras.

**Bibliografia**

AGLIETTA, Michel. *Régulation et crises du capitalism*. Calmann-Lévy, 1976.

BIRCH, Kean; MYKHNENKO, Vlad; TREBECK, Katherine (eds.). *The Rise and Fall of Neoliberalism: The Collapse of an Economic Order?* London and New York: Zed Books, 2010.

## BONEFELD, Werner. *The Politics of Debt: Social Discipline and Control.* Common Sense, n. 17, Junho, 1995.

BONEFLD, Werner. “Monetarism and Crisis”. In: BONEFELD, Werner & HOLLOWAY, John (eds). *“Global Capital, National State and the Politics of Money”.* Londres: McMillan Press, 1996.

BONEFELD, Werner. *German Neoliberalism and the Idea of a Social Market Economy: Free Economy and the Strong State*. Jornal of Social Science, 8 (1), p. 139-171, 2012.

BONNET, Alberto. “Antagonism and Difference: Negative Dialectics and Poststructuralism in view of the Critique of Modern Capitalism”. In: HOLLOWAY, John; MATAMOROS, Fernando; TISCHLER, Sergio. *Negativity and Revolution – Adorno and Political Activism.* Londres, Pluto Press, 2009.

BRENNER, Robert. *The Boom and the Bubble: The US in the World Economy*. London: Verso, 2002.

BRENNER, Robert. *The Economics of Global Turbulence: The Advanced Capitalist Economies from Long Boom to Long Downturn, 1945–2005.*  London: Verso 2006.

BURNHAM, Peter. *Neo-gramscian hegemony and the international order*. Capital and Class, v. 15, n. 3, pp. 73 - 92 ,1991.

BURNHAM, Peter. “Capital, Crisis and the International State System”. In: BONEFELD, Wener & HOLLOWAY, John (eds). *“Global Capital, National State and the Politics of Money”.* Londres: McMillan Press, 1996.

CARROL, K. William. *The making of a transnational capitalist class: corporate power in the 21st century*. London and New York: Zed Books, 2010.

CLARKE, Simon. “[The Global Accumulation of Capital and the Periodisation of the Capitalist State Form](http://homepages.warwick.ac.uk/~syrbe/pubs/cse88.pdf)”.CSE Conference Papers 1988. Reprinted in C. Psychopedis, W. Bonefeld and R. Gunn, *Open Marxism: Contemporary Debates*, Pluto Press, London, 1991.

CLARKE, Simon. “The global accumulation of capital and the periodization of the capitalist state form”, in: Wener Bonefeld, Richard Gunn & Kosmo Psychopedis (eds), *Open Marxism I.* London: Pluto Press, 1992.

CLARKE, Simon. “The neoliberal theory of society”. In: SAAD-FILHO, Alfredo & JOHNSTON, Deborah. *Neoliberalism – A critical reader.* London: Pluto Press, 2005.

CHESNAIS, François. *La mondialisation financière : genèse, coûts et enjeux.*  Syros, Collection Alternatives économiques, Paris, 1996”;

CHESNAIS, François*. Mondialisation : le capital rentier aux commandes.* Les Temps Modernes, n°607, janvier-février, 2000.

COLLIER, Stephen J. *Topologias de poder – a análise de Foucault sobre o governo para além da ‘governamentalidade’.* Revista Brasileira de Ciência Política, nº 5., Brasília, janeiro-julho de pp. 245-284, 2011.

DARDOT, Pierre & Laval ,Christian. *Néolibéralisme et subjectivation capitaliste*. Cités, n° 41, p. 35-50, 2010.

DELEUZE, Giles. *Nietzsche y la fi losofía*. Barcelona, Anagrama, 1986.

FINE, Ben; LAVAVITSAS, Costas; MILOKANIS, Dimitris. “Addressing the World Economy: Two Steps Back.” Capital and Class*,* 67, p. 47-90, 1999.

FIORI, José Luis. “O Poder Global dos Estados Unidos: formação, expansão e limites”. In: Fiori, J. L. (org), ***O Poder Americano***, Editora Vozes, Petrópolis, 2004.

FIORI, José Luís. *O poder global e a nova geopolítica das nações*. Crítica y Emancipación, (2): 157-183, primer semestre, 2009.

FOUCAULT, Michel. “Theatrum Philosophicum”. In: M. Foucault, and G. Deleuze, *Theatrum Philosophicum seguido de Repetición y diferencia*, Barcelona, Anagrama, 1999.

FOUCAULT, Michel. *Society must be defended*: lectures at the College de France, 1975-1976. New York: Picador, 2003.

FOUCAULT, Michel. *Security, territory, population*: lectures at the College de France, 1977-1978. New York: Palgrave Macmillan.

FOUCAULT, Michel . 2008. *The birth of biopolitics*: lectures at the College de France, 1978-1979. New York: Palgrave Macmillan.

GRAEBER, David. *En Deuda: una historia alternativa de la economia.* Barcelona: Ariel, 2012.

GIORGI, Gabriel & RODRÍGUEZ, Fermín (org.). *Ensayos sobre biopolitica – Excesos de vida* Buenos Aires: Paidós, 2009.

HOLLOWAY, John & PICCIOTTO, Sol. *State and Capital.* London: Edward Arnold, 1978.

HOLLOWAY, John. “The abyss opens: the rise and fall of keynesianism”. In: BONEFELD, Werner & HOLLOWAY, John (eds). *“Global Capital, National State and the Politics of Money”.* Londres: McMillan Press, 1996.

HUDSON, Michael. *Super imperialism : the origin and fundamentals of* U.S. world. dominance. Londres: Pluto Press, 2003.

*KOOPMANN, Gerog. Oil and the International Economy;* Hamburg: Hamburg Institute of Economic Research, 1984.

LIPIETZ, Alain*. El mundo del post-fordismo*. Guadalajara: Cuadernos del CUSCH, Universidad de Guadalajara, 1997.

MADDISON, Angus. “*The World Economy: Historical Statistics.”* Paris: OECD, 2003.

MARAZZI, Christian.“Money in the world crisis: the new basis of capitalista power”. In: BONEFELD, Werner & HOLLOWAY, John (eds). *“Global Capital, National State and the Politics of Money”.* Londres: McMillan Press, 1996.

MCNALLY, David. *Global Slump: The Economics and Politics of Crisis and Resistance.* Oakland, CA: PM Press, 2011.

NEGRI, A. e HARDT, M. Império. Tradução de Berilo Vargas. Rio de Janeiro, Record, 2001.

OSORIO, Jaime. *Biopoder y biocapital – el trabajador como modern homo sacer.* Nueva Epoca, ano 19, num. 52, Sep-Dec, 2006.

SCHULMEISTER, Stephan. *Globalization Without Global Money: The Double Role of the Dollar as National Currency and World Currency*. Journal of Post Keynesian Economics*,* 22, no. 3, p. 369–74, 2000.

SOTIROUPOLOS, Dimitri P.; MILIOS, John & LAPATSIORAS, Spyros. *A Political Economy of Contemporary Capitalism and its Crisis.* New York: Routledge, 2013.

TILLY, Charles. *Coerção, Capital e Estados Europeus*. São Paulo: Edusp, 1996.

TISCHLER, Sergio, *LA Sociedad civil: Fetiche? Sujeito?* Bajo el Volcán, vol. 2, núm. 3, segundo semestre, pp. 169-181, 2001.

1. Doutorando e Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGE/UFRJ) e graduado pela Universidade de São Paulo (FEA-USP). O autor agradece ao apoio financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Cientifico e Tecnológico (CNPq).

   Email: *iderley\_colombini@hotmail.com.* [↑](#footnote-ref-1)
2. Durante os anos de 1980 e 1990 com uma certa continuidade de crises e baixo crescimento econômico, muitos autores críticos, principalmente de linhagem ‘pós-keynesianas’ e ‘marxistas ortodoxa’ defenderam a preponderância dos interesses financeiros em detrimento dos antigos interesses industrias ligados ao que foi denominado como ‘fordismo-keynesianismo’. Ver: Chesnais (1996) e Chesnais (2000). [↑](#footnote-ref-2)
3. O debate sobre periodização do sistema capitalista é amplo e complexo, contudo “The periodisation of the capitalist mode of production is an attempt to find a middle way between empiricism, which stresses historical contingency in order to legitimate a political opportunism, and reductionism, which stresses the unchanging laws of motion of the capitalist mode of production in order to legitimate a dogmatic fundamentalism. The 'periodisation' of the capitalist mode of production is supposed to provide a way of defining 'intermediate structures' which determine the regularities and systematic features pertaining in a particular historical epoch so as to provide scientific foundations for a political strategy which can engage with the current conjuncture” (Clarke 1992). [↑](#footnote-ref-3)
4. O argumento da “longa recessão” (‘the long downturn’) é conhecido dentro desse debate pelos trabalhos de Brenner (2002, 2006). Essa visão pode ser contrastada mesmo em termos empíricos pelas taxas de crescimento econômico, dado ser uma das principais características levantadas nesse debate para apresentar o neoliberalismo como uma crise estendida. Claramente os níveis de crescimento econômico são inferiores, mas se tomados em consideração os países asiáticos, principalmente a China, esses níveis se tornam muito mais próximos. O crescimento mundial médio foi de 2,11% por ano de 1870-1913, de 1,82% de 193-1950, de 4,9% de 1950-1973 e de 3,05 em 1973-2001 (Maddison 2003). Uma resposta crítica e aprofundada da visão de Brenner pode ser vista em Fine & all (1999). [↑](#footnote-ref-4)
5. Os trabalhos aqui denominados como ‘marxistas estruturalistas’ se referem ao arcabouço teórico com forte influência de Louis Althusser e Nicos Poulantzas, os quais viam na formação de estruturas sociais o processo de dominação e exploração da sociedade capitalista, tendo um grande peso a formação do Estado com interesses de classes e frações de classes especificas. [↑](#footnote-ref-5)
6. As visões sobre a formação de uma fração de classe financeira que com o neoliberalismo teria conseguido impor seus interesses em um mundo globalizado é visto em um amplo aspecto teórico, sendo de certa forma uma versão política das análises ‘pós-keynesianas’ e ‘marxistas ortodoxas’. Os principais trabalhos teriam uma forte concepção ligada ao ‘estruturalismo marxista’, tendo como característica particular a defesa de um novo momento do capitalismo, em que a escala trans-nacional ganha preponderância com a formação de uma nova classe. Alguns trabalhos também se ligariam dentro da tradição marxista das teorias imperialistas, que teriam em Lenin e principalmente Hilferding, uma grande influência para a descrição da importância dessa fração de classe financeira nos novos interesses do capital. Os livros. Carrol (2010) e Birch & Mykhnenko (2010) se destacam dentro desse debate justamente por especificar essa nova fração de classe, distintamente de trabalhos de outros neo-gramscianos como Robert Cox e Bob Jessop, com uma intenção maior de apresentar uma intermediação entre escalas nacionais e internacionais, tendo o Estado um papel de transmissor dessa relação. O livro “Império” de Antonio Negri e Michael Hard ganhou grande repercussão como símbolo de uma visão marxista sobre a formação de um novo momento imperial das relações capitalistas, em que os Estados Nacionais seriam formas antigas que se desmanchariam com a nova ordem mundial. Dentro ainda desse debate ver o trabalho de Hudson (2003), em que dentro de uma visão pós-keynesiana apresenta a formação histórica dessa classe ligada aos interesses financeiros. [↑](#footnote-ref-6)
7. Apesar da grande riqueza de contribuições e certas divergências entre os autores relacionados com a ‘escola da regulação’, é possível claramente construir uma unidade dentro dessa abordagem, a qual tem na a obra de Aglietta ([1976](https://pt.wikipedia.org/wiki/1976)) uma das fundadoras desta corrente, que conta ainda com os importantes trabalhos de [André Orléan](https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Andr%C3%A9_Orl%C3%A9an&action=edit&redlink=1), [Robert Boyer](https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Robert_Boyer&action=edit&redlink=1), Benjamin Coriat e [Alain Lipietz](https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Alain_Lipietz&action=edit&redlink=1). [↑](#footnote-ref-7)
8. Uma outra corrente teórica importante nesse debate foi da ‘escola de estrutura social da acumulação’, principalmente Samuel Bowles, Michael Reich, David Gordon e Thomas Weisskopf. De origem principalmente norte-americana, possui muitas similaridades com a teoria da regulação, tendo contudo, uma maior ênfase nos processos de determinação do investimento, por isso uma maior importância para os determinantes da estabilidade e predicabilidade econômica, os quais seriam os pré-requisitos (condições) para um processo de acumulação. [↑](#footnote-ref-8)
9. Como argumenta Lipietz (1997), uma crise econômica mostra que determinado modo de regulação não é mais adequado para certo regime de acumulação, tanto pela emergência de um novo regime dentro do antigo, quanto pela exaustão desse. Dessa maneira, a crise é dada pela contradição das inovações no modo de produção com a superestrutura política e social, o que já deixa claro o desaparecimento da luta de classes desse processo com a consequente ruptura entre duas esferas distinstas, o econômico produtivo em contraste com o político-social. [↑](#footnote-ref-9)
10. O reducionismo determinista que se estabelece através da separação da sociedade em esferas ou estruturas sociais, também pode ser visto nas abordagens neo-gramscianas, que partem de frações de classes internas em intermediações com as externas para estabelecer aparelhos privados de hegemonia e blocos de poder que dariam sustentação a um determinado momento de acumulação. Contudo, mesmo dentre os mais sofisticados neo-gramscianos como Bob Jessop, essa fragmentação objetificada da sociedade implica em um forte funcionalismo das estruturas sociais com determinismo dos processos produtivos de acumulação, o que por sua vez, desaparece com a luta de classes. “In this form, Jessop’s thesis appears determinist and monocausal and to suffer from the defects of structural functionalism (admittedly he does term his analysis, a ‘thought experiment’). State form is derived from the ‘needs’ of the accumulation regime and identifying the way in which these needs are met apparently constitutes an explanation of social change and new institutional arrangements” (Burnham 2000, p. 12). Ver também: Holloway & Piccioto (1976) e Burnham (1991). [↑](#footnote-ref-10)
11. “De manera particular, nos interesa la idea de que el proceso de reificación implica una lucha que se cristaliza en su negación, o que las formas de existencia reificadas no son formas puras, sino formas definidas por la lucha entre capital y trabajo. En tal clave, se podría proponer que el sindicato y los partidos políticos ligados a la figura histórica del proletariado fueron producto de la lucha de clases; pero, llegado un punto, se fueron transformando en formas de existencia reificada de la clase.” (Tischler 2001, p. 173). [↑](#footnote-ref-11)
12. “La producion fordista descansaba en um intercambio entre un alto grado de alienación en el trabajo y un consumo creciente después del trabajo: el descontento fue transformado en la demanda y regulado a través de los contratos salariales anuales” (Holloway 1996, p. 59). [↑](#footnote-ref-12)
13. “La ‘crisis del keynesianismo’, como se le denomina frecuentemente, no es simplemente una crisis de la teoría económica, o de una forma de hacer políticas económicas: estas son manifestaciones de una crisis en la relación entre el capital y el trabajo, una crisis en el patrón particular de contención del poder del trabajo” (Holloway 1996, p. 59). [↑](#footnote-ref-13)
14. “Casi todo los movimientos populares del período 1945-1975, incluso, quizá, los movimientos revolucionarios, pueden verse como peticiones de inclusión: peticiones de igualdad política que asumían que esa igualdad no significaba nada sin um cierto nível de seguridade económica. Esto era así no tan sólo en los movimientos de minorias de los países del Atlántico Norte, los primeros en formar parte del trato (minorias como aquelas de las que hablaba King), sino que se los pasó a llamar ‘movimientos de liberación nacional’ desde Argelia hasta Chile o finalmente, quizá de manera más dramática, el feminismo en lás décadas de 1960 y 1970. En algún momento, durante los anos 70, las cosas llegaron a su punto de ruptura” (Graeber 2012, p. 494). [↑](#footnote-ref-14)
15. “The establishment of an inconvertible monetary system by Nixon in August 1971 presented challenges to analyses of the monetary crisis. We have said that the crisis, as a crisis of the money form of capital, exploded because international capitalist organization was no longer able to contain the dynamics of the class struggle. Thus, the inconvertibility of the dollar cannot, as is often done, be examined simply in terms of the US refusal to meet its commitments to the other capitalist nations, a refusal to cover with gold all the dollars accumulated in the central banks of Europe and Japan” (Marazzi 1996, p. 75). [↑](#footnote-ref-15)
16. “Unintentionally, then, the breaking of dollar-gold convertibility and the move to floating exchange rates—the development of the so-called “floating non-system”—had tremendously financialized late capitalism” (McNally 2011, p. 97). [↑](#footnote-ref-16)
17. “The transfer of debt to the United States was a response not to the possible collapse of international credit relations *simpliciter,* but to the crisis of capitalist domination over the productive power of labour that made itself felt in the possible collapse of international credit relations” (Bonefeld 1996, p. 49). [↑](#footnote-ref-17)
18. “Growing indebtedness which is not matched by an expansive exploitation of labour, i.e. capital growth, sooner or later becomes intolerable as interest charges absorb a growing proportion of the surplus value and make productive investment increasingly unprofitable” (Bonefeld 1996, p. 40). [↑](#footnote-ref-18)
19. “financial speculation as innate to the development of capitalism, without accepting the mainstream line of reasoning. If capitalism is a system based on labor exploitation and financial speculation is a legitimate development within it, then the real question to be addressed concerns the nature of the linkage between speculation and capitalist exploitation” (Sotiroupolos et all 2013, p. 62) [↑](#footnote-ref-19)
20. “The extraordinary growth of foreign exchange trading thus drove the financialization of late capitalism. And here derivatives figure prominently.” (McNally 2011, p. 95). [↑](#footnote-ref-20)
21. “This meant that national authorities needed larger, not smaller, reserves to defend floating currencies, while the latitude to pursue domestic policies independently of external considerations was reduced, not increased (Clarke, 1988, p. 344).” [↑](#footnote-ref-21)
22. “Not only has the real, effective appearance of sterling and then the dollar displaced gold as the 'money of all monies,' but international power has increasingly determined the 'value' of all currencies in the last instance” (Marazzi 1996, p. 73). [↑](#footnote-ref-22)
23. “The United States redefined its leading role by imposing on the rest of the world a new kind of forced self-discipline in which the ultimate sanction is money as world command, that is, determined and regulated politically and hence freed from any commodity limits. In other words, inconvertibility can only be understood in political terms; it set the strategic framework for reorganization of capital by means of the crisis - a planned crisis against the global working class through the manipulation of money” (Marazzi 1996, p. 76). [↑](#footnote-ref-23)
24. “Todo esto no quiere decir que a los habitantes del mundo no se les ofreciera algo: tan sólo que, como ya he dicho, los términos habian cambiado. En el nuevo modelo, los salários de los trabajadores no subirían, pero se los animaba a comprar um trozo del nuevo capitalismo. En lugar de practicar la eutanásia a los rentistas, ahora *todo el mundo* iba a convertirse en rentista (...) com una infinita variedade de manera de animar a los ciudadanos a jugar en el mercado, pero, al mismo tiempo, animarles a pedir préstamos” (Graeber 2012, p. 497). [↑](#footnote-ref-24)
25. “The form of the state is thus to be seen as a distinct mode of existence of exploitation in that the state internalizes in its historic development the preservation of the substance of value (living labour); the state mediates capital’s dependence on the reproduction of labour power within the limits of capital. The state attains historical existence in the dialectical process of these functions arrogated by the state. The development of the state needs to be seen as one in which the contradictory unity of surplus value production is processed in a political form, as a moment of the same process of class struggle: social reproduction as, and in and against, domination.” (Bonefeld 1992, pg. 119) [↑](#footnote-ref-25)
26. “processes of international restructuring are undertaken by national states in an attempt to reimpose tighter labour discipline and recompose the labour/capital relationship. Global capitalism is still structured as an antagonistic state system and many of the changes that characterize the global political economy are introduced by states in an attempt to solve problems that have their roots in labour/capital conflict” (Burnham 1996, p.10). [↑](#footnote-ref-26)
27. “The point for neoliberalism is not to make a model that is more adequate to the real world, but to make the real world more adequate to its model”. (Clarke 2005, p. 58) [↑](#footnote-ref-27)
28. “Finance, in its modern sophisticated version, is something much more than accumulated liabilities and increased indebtedness. It presupposes a great amount of investment in mainstream research and financial innovation and it is based on major institutional developments, economic strategies, and state regulations within capitalist societies, which all have their own unique history, institutional pace, and temporality. In this sense, the history of finance can by no means be reduced to a mere reflection of the historical pattern of the profit rate. The authors, who see finance as so “flexible” that it can nicely and immediately fill the gaps caused by underconsumption if and when they arise, fail, in fact, to understand the true nature of finance in capitalism.” ( Sotiropoulos & All 2013, p. 139). [↑](#footnote-ref-28)
29. Entender a complexidade do debate sobre a moeda, sobre a taxa de juros, sobre o trabalho, o excedente e o valor nos economistas políticos clássicos era para Marx compreender as formas da contradição da realidade social, as quais mascaravam as formas de contradição da dominação. “It is for this reason that Marxism is neither a theory of oppression/domination nor an economic theory, but a theory of the contradictions of social reality and, as such, a theory of the historical movement of the contradiction of domination.” (Bonefeld 1992, pg. 104). Longe de construir um sistema ou esquema de compreensão do movimento dessas categorias, o Capital de Marx nos ensina como a autonomização aparente do movimento do capital (e de suas formas categoriais) é em si um processo de dominação da contradição da forma capital-trabalho. A própria descrição dos movimentos das taxas de juros e dos fluxos de capitais estaria escondendo a sua contradição motora, o que, em outras palavras, significa dizer que está escondendo o próprio processo da contradição de exploração que move essas categorias. [↑](#footnote-ref-29)
30. “No one working within Foucault’s analytical paradigm could ignore this type of question. Indeed, it indicates his radical differentiation from the Hegelian conception of the social whole (…) The social totality (even in the case that it is superficially approached as a sum of disciplined bodies) does not have a center, a heart, a universal spirit: if one cuts through it with a “knife” they will not discover any essence.” (Sotiropoulos & all 2013, p. 164). A forte posição de Foucault em assinalar uma não existência de uma essência na sociedade capitalista o impede de compreender os processos de dominação que descreve como formas da contradição capital-trabalho, o que remete a conhecida citação de Luckacs quanto ao que diferencia uma visão de Marx ser o sentido de totalidade. [↑](#footnote-ref-30)
31. “Segundo uma interpretação dominante, com a introdução da biopolítica em 1976, Foucault simplesmente deslocou seus já existentes instrumentos para o estudo de um novo objeto: o Estado. Nessa perspectiva, as conferencias de 1978 (*Segurança, território e população*) e 1979 (*Nascimento da* *biopolítica*) serviram para estender seu projeto, fornecendo uma genealogia da biopolítica e uma analise do governo politico utilizando as ferramentas do esquema anterior de ‘conhecimento poder’” (Collier 2011, p. 246). [↑](#footnote-ref-31)
32. “Now I think we see something new emerging [. . .]: *a new technology of power, but this time* *it is not disciplinary*. This technology of power does not exclude the former, does not exclude disciplinary technology, but it does dovetail into it, integrate it, modify it to some extent, and above all, use it by sort of infiltrating it, embedding itself in existing disciplinary techniques. [. . .] Unlike discipline, which is addressed to bodies, the new nondisciplinary power is applied not to man-as-body but to the living man, to man as-living- being; ultimately, if you like, to man-as-species” (Foucault 2003, p. 242–243). [↑](#footnote-ref-32)
33. “In order to liberate difference we need at thinking without contradiction, without dialectics, without negation: a thinking that says ‘yes’ to difference, an affirmative thought that uses disjunction as a tool; a thinking of the multiple – of the dispersed and nomadic multiplicity which does not limit nor regroup any of the coactions of that which is the same” (Foucault 1999: 32–3). [↑](#footnote-ref-33)
34. “Desde esta perspectiva, el pequeño paréntesis de reapropiación del trabajador de su existencia deja de ser tal, para convertirse en un tiempo de reposición que reclama el propio capital. *Es en estas coordenadas donde se encuentran los puntos nodales del poder del capital* *sobre la vida y la base de una teoría del biopoder en el capitalismo*. Ellos constituyen, sin embargo, los puntos ciegos de las reflexiones de Foucault y de Agamben, proyectando una sombra que cubre sus discursos, más allá de las virtudes y nuevos horizontes que sus análisis han abierto sobre el tema.” (Osório 2006, p. 81). [↑](#footnote-ref-34)
35. “The neoliberal subject is a competitive person, wholly immersed in global competition.” (Dardot & Laval 2010, p. 2). [↑](#footnote-ref-35)
36. *Subsunção*, dos quais se derivam suas formas ‘formal’ e ‘real’,é o termo utilizado por Marx no seu ‘Capítulo VI’ do Capital para indicar a relação entre o trabalho e o capital, na intenção de ressaltar o antagonismo existente, por isso não apenas subordinado nem contrário, dado o trabalho ao mesmo tempo se submeter e se rebelar contra as relações capitalistas. [↑](#footnote-ref-36)
37. “O que muda é a forma de implicação do *elemento subjetivo* na produção do capital, que, sob o taylorismo/fordismo, ainda era meramente formal e com o toyotismo tende a ser real, com o capital buscando capturar a subjetividade operária de modo integral.” (Antunes 2004, p. 344). [↑](#footnote-ref-37)
38. “In the West, one of the key mechanisms for promoting individual responsibility has been financialization: the expansion of credit markets enables citizens better to ‘manage risk’, with personal and household debt serving in theory both to liberate citizens from dependency on a retreating state and to discipline the feckless. These same doctrines of individual responsibility and risk management have also been advanced across much of the global South, most prominently by international financial institutions, development agencies and NGOs.” (Lavinas 2013, p. 7). [↑](#footnote-ref-38)
39. Apesar desse subjetivo possuir sua forma máxima no momento neoliberal, é importante ter em mente como ele já se constitui como potência da sociedade capitalista desde sua constituição moderna. A normatização do individuo, que se transforma com a explosão de suas formas financeirizadas, já está presente como tendência muito antes de Reagan e Thatcher chegarem ao poder, dado a própria essência das relações capitalistas de coisificação e alienação no prodeção de reprodução das formas de vida (ver: Sotiropoulos & All 2013, Bonefeld 2012). [↑](#footnote-ref-39)
40. “For the neo-subject, the target of the new power is the desire to realize oneself, the project one wishes to pursue, the motivation that inspires the ‘collaborator’ of the enterprise, and, ultimately, desire by whatever name one chooses to call it. For the aim of the new practices for manufacturing and managing the new subject is that individuals should work for enterprises as if they were working for themselves, thereby abolishing any sense of alienation and even any distance between individuals and the enterprises employing them. (...) Neo-management is not ‘anti-bureaucratic.’ It corresponds to a new, more sophisticated, more ‘individualized’, more ‘competitive’ phase of bureaucratic rationalization.” (Dardot & Laval 2010, p. 3). [↑](#footnote-ref-40)
41. “The main innovation of neoliberal technology precisely consists in directly connecting the way a person ‘is governed from without’ to the way that ‘he governs himself from withim. (...) In the new world of the ‘developing society’, individuals must no longer regard themselves as workers, but as enterprises that sell a servisse in the market.” (Dardot & Laval 2010, p. 4, 5). [↑](#footnote-ref-41)
42. A noção de espetáculo é aqui baseada na obra de Guy Debord, o qual deve ser compreendido como uma nova forma de fetichismo que se concretiza na sociedade capitalista contemporânea. “In contrast to the first stage of the historical development of alienation, which may be described as a downgrading of ‘being’ into ‘having’, the spetacle is characterized by a subsequent downgrading of ‘having’ into ‘appearing’” (Jappe 1999, p. 6). A análise de Debord, portanto, é baseado no empobrecimento cotidiano da experiência da vida, em que a sua fragmentação em um nível crescente de esferas, com o desaparecimento de qualquer noção de sociedade, terá sua reunificação justamente no espetáculo, contudo uma unificação apenas no nível das imagens. [↑](#footnote-ref-42)
43. “capitalism uses families, schools, the media, and criminal justice to inculcate the cultural practices and norms that keep the system ticking over. In important measure, neoliberalism was a response to a perceived weakening of all these mechanisms—economic, social, and cultural—meant to impose and inculcate market discipline.” (McNally 2011, p. 115) [↑](#footnote-ref-43)
44. A incorporação de novas tecnologias na sociedade é um elemento crucial desse processo. A incorporação das novas tecnologias é um fator importante na própria motivação interna de novos investimentos produtivos, as quais se incorporam dentro da lógica concorrencial pela participação no mais valor social. Contudo, essas novas tecnologias além de revitalizarem a reprodução das relações capitalistas na busca por valorização do capital, também passam a exercer papel importante nas novas formas de controle e dominação, em que a própria subsunção do trabalho se torna cada vez mais intermediada por essas tecnologias. Desde o *peão* de fábrica que passa a ser gestor operacional de máquinas sofisticadas, até os trabalhadores disponíveis em tempo integral nos setores de serviços através das novas formas de comunicação, as novas tecnologias se tornaram um espaço central de intermediação social. As novas tecnologias não podem ser compreendidas como um elemento aleatório escolhido ao acaso pelas ‘forças invisíveis’ do mercado. Elas podem até serem invisíveis em sua ‘aparência’ social, mas como já nos mostrou Marx, essas forças estão longe de serem inexistentes, sendo em realidade formas da contradição antagônica do capital sobre o trabalho. Dessa forma, o próprio desenvolvimento das novas tecnologias, como o caso claro das novas formas de comunicação e das ‘tecnologias de vestir’, estão inseridas dentro desse processo de subsunção crescente do ser humano às relações capitalistas. [↑](#footnote-ref-44)
45. “Como ideologia, implica que no sólo los mercados, sino el capitalismo (he de recordar continuamente al lector que no son la misma cosa) se convierten en el principio organizativo de casi todo. Deberiamos pensar, cada uno de nosotros, en nosotros mismos como en minúsculas corporaciones, organizadas en torno a la misma relácion entre inversor y ejecutivo” (Graeber 2012, p. 498). [↑](#footnote-ref-45)
46. Como descrevemos na seção anterior, o mercado de derivativos explode com o descolamento do dólar do padrão ouro e a enorme volatilização dos mercados cambiais, o que impulsiona os agentes financeiros a criarem mecanismos de proteção contra as variações futuras dos preços das moedas. Esses mecanismos financeiros de precificação e proteção futura quanto as variações constituirão os chamados derivativos. [↑](#footnote-ref-46)
47. De forma sucinta, securitização consiste em pegar todas as formas de débitos possíveis (hipotecas, dividas corporativas, dividas no cartão de crédito, dividas estudantis, crediários, etc) e re-empacotar como um título securitizado, com novos prazos de vencimento e novos riscos de não pagamento, o quais podem ser comprados e transacionados livremente. [↑](#footnote-ref-47)
48. “What is involved is the social and political manufacture of individualized risks, such that they can be managed not by the social and political manufacture of individualized risks, such that they can be managed not by the social state, but buy those increasingly numerous and powerful enterprises which offer strictly individual ‘risk management’ services.” (Dardot & Larval 2010, p. 7). [↑](#footnote-ref-48)
49. “If capitalism is a system based on labor exploitation and financial speculation is a legitimate development within it, then the real question to be addressed concerns the nature of the linkage between speculation and capitalist exploitation.” (Sotiropoulos & All 2013, p. 62). [↑](#footnote-ref-49)
50. Fixados na aparência do processo financeiro, muitas abordagens (como as pós-keynesianas) ‘percebem’ as finanças como uma contradição entre a esfera real da produção e uma disfunção que possibilitaria um ganho sem investimento produtivo (Sotiropoulos & All 2013). A compreensão dessa aparência esconde ver que mesmo o ‘capital fictício’ para se valorizar necessita passar pela criação de valor e mais valor, contudo para sua realização precisa dialogar com a prospecção do futuro, por isso como já enfatizava Hiferding, as finanças são uma característica intrínseca do próprio sistema capitalista. [↑](#footnote-ref-50)
51. Fetichização aqui assinalada, como já apresentado anteriormente, não significa algum tipo de fenômeno social subjetivo baseado em ilusões e superstições, ao contrário, representa uma construção social real a qual acaba por apagar ou esconder como foi construída, tendo a aparência de um fenômeno natural. No caso a cima assinalado, a fetichização estaria na construção das relações sociais futuras como relações capitalistas como algo naturalizado através das finanças, apagando a construção de luta pela qual essa realidade é construída. “It is “fictitious,” not in the sense of imaginary detachment from real conditions of production, as is usually suggested, but “fictitious” in the sense that it reifies the capitalist production relations. (…) Marx introduces the concept of fictitious capital, and speaks of fetishism, when he gives an account of the social nature of financial markets. He wants to underline the fact that capital assets are the reified forms of the appearance of the social relation of capital, and so their valuation is associated with a particular organic representation of capitalist relations. They are objectified perceptions, which obscure the class nature of capitalist societies and call forth the proper mode of behavior required for the effective reproduction of capitalist power relations” (Sotiropoulos & All 2013, p. 150). [↑](#footnote-ref-51)
52. The risk profile of a wage earner depends heavily on his or her docility in the face of the reality of labor relations. It seems reasonable to argue then, that normalization on the basis of risk *does not impose* *disciplinary roles but rather tests and reinforces compliance with them*. In this fashion, normalization on the basis of risk is innate in the workings of financial markets and amounts to a specific technology of power imposed upon market participants for the purposes of organizing the workings of capitalist social power relations, to make their functioning more efficient and well-targeted.” (Sotiropoulos & All 2013, p. 168). [↑](#footnote-ref-52)
53. Obviamente esse processo de subjetivação, coisificação, fetichização e alienação nunca é total, ao contrário, sempre ocorre marcado pela luta antagônica entre as relações capitalistas e a vida como ‘fazer humano’, o que irá impor não só os limites para essas formas de dominação capitalistas quanto suas próprias crises. “When capitalist market relations become widely normalized, states do not regularly have to behave in such blatantly brutal ways to keep their work forces in line. Much can be left to the quiet violence of the capitalist economy in which dispossession (owning no productive assets except for one’s ability to work) compels people to submit to the unyielding disciplinary regimes of wage-labor. But while much can be left to market discipline, not everything can. That is why law, police, prisons, and direct force remain omnipresent.” (McNally 2011, p. 117) [↑](#footnote-ref-53)
54. Apesar da enorme importância de um estudo mais aprofundado sobre os determinantes da crise do neoliberalismo nos moldes teóricos desse trabalho, esse maior detalhamento foge do escopo aqui proposto, sendo, contudo, objeto de trabalhos posteriores. [↑](#footnote-ref-54)